

**COLÉGIO ESTADUAL PEDRO STELMACHUK  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

***PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO***

**UNIÃO DA VITÓRIA**

**2010**

## **APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA**

### **1.1 Dimensão Histórica**

Foi no ano de 1837, que a História passou a ser disciplina escolar obrigatória no Brasil. Isso se deu com a criação do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro.

Com o nascimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), História passa também a ser disciplina acadêmica.

Eram os intelectuais do IHGB os responsáveis pela elaboração dos programas escolares, manuais didáticos e conteúdos a serem ensinados. Estes sofriam grande influência da escola metódica e positivista com características da história política, orientada pela linearidade dos fatos pelo uso restrito de documentos oficiais escritos e pela valorização dos heróis.

Sob essa ótica, o modelo de nação brasileira seria mera extensão da Europa Ocidental. A nacionalidade era a síntese das raças branca, índia e negra com predominância da ideologia do branqueamento.

O currículo oficial tinha então por objetivo legitimar os valores aristocráticos onde eram os líderes que conduziam a História sem espaço para pessoas comuns. Esse modelo de ensino de História manteve-se com o advento da República.

Houve pequena mudança em 1901, quando a História do Brasil passou a ser contida dentro da História Universal e na maioria das vezes nem era tratada por professores e professoras.

Na ditadura do Estado Novo, o projeto político nacionalista fez com que a História do Brasil retornasse aos currículos escolares por força da lei orgânica do Ensino Secundário de 1942..

O acesso à disciplina era restrito às elites que se preparavam para conduzir os destinos da nação. Seu conteúdo reforçava o caráter moral e cívico do ensino.

Desde 1930, discutia-se a inclusão dos estudos sociais no ensino de História. Sob influência norte-americana, a Lei 5692/71, implanta o ensino de Estudos Sociais, no primeiro grau. Essa mesma lei que organiza o primeiro grau em 8 anos e o segundo grau profissionalizante. Com isso as disciplinas da área de ciências humanas perdem espaço nos currículos.

No primeiro grau, História e Geografia são condensadas como área de Estudos Sociais, dividindo ainda a carga horária com Educação Moral e Cívica (EMC).

No segundo grau, a carga horária de História foi reduzida. E a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB) passaram a compor o currículo.

Proliferaram com isso os cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais. O ensino de História desta época, era de caráter estritamente político, pautado no estudo de fontes oficiais e narrado apenas do ponto de vista factual, com a presença dos “grandes heróis”, exemplos a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações.

O Estado figurava como o principal sujeito histórico, responsável pelos grandes feitos da nação, exemplificado nas obras dos governantes e das elites condutoras do país.

Com a abertura democrática na década de 1980, o ensino de Estudos Sociais começou a ser bastante contestado. E, no início da década de 1990, buscavam-se reformas democráticas no ensino de História.

Prova disso foi a tentativa da produção acadêmica da História com o ensino desta disciplina, no primeiro grau, fundamentada na pedagogia histórica-crítica, por meio do currículo básico para a escola pública do estado do Paraná (1990). Essa proposta tinha como pressupostos teóricos, a historiografia social pautada no materialismo histórico-dialético e alguns elementos da nova história.

A década de 1990 então foi a busca na superação dos estragos que sofrem tanto o ensino de História, quanto a produção acadêmica de História, nos anos do Regime Militar.

Com o fortalecimento do neoliberalismo, nos 1990, o Ministério da Educação divulgou os parâmetros curriculares nacionais (PCNs), para os ensinos fundamental e médio. E o estado do Paraná, de uma forma autoritária, apesar da autonomia das escolas ser garantida na LDBN/96, implantou os PCNs.

Ainda que se propusesse o ensino humanístico, as novas propostas de ensino confrontaram-se com a necessidade de preparar indivíduos para o mercado de trabalho.

Mais uma vez, a área de Ciências Humanas perde espaço no currículo escolar. Foram contratados menos profissionais por concursos públicos, bem como se investiu pouco ou quase nada em formação continuada destes profissionais.

A partir de 2003, a Secretaria Estadual do Paraná - SEED - trabalha na elaboração das diretrizes curriculares para o ensino de História, buscando superar os problemas diagnosticados, na organização curricular da disciplina e ainda atender

as demandas dos movimentos sociais organizados, como a aprovação da lei 13.381/01, que torna obrigatória no ensino fundamental e médio da rede pública de ensino, os conteúdos de história do Paraná, além da lei 10.639/036, que obriga a inserção dos estudos da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Lei nº 11.645/08, inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e cultura dos povos indígenas do Brasil.

## **1.2 – Correntes Historiográficas**

São os “conflitos” entre correntes historiográficas que fazem com que novas configurações e construções apareçam dentro da História. As Diretrizes Curriculares tem sua fundamentação teórica apoiada na Nova História Cultural incluindo historiadores da Nova História e da Nova Esquerda Inglesa.

Dentro da Nova História, alguns descompassos e críticas trocados entre intelectuais fez com que ocorressem migrações para a História Cultural, entendida como um campo de investigação resultante das tendências que nasceram dos trabalhos dos historiadores italiano Carlo Ginzburg, do francês Roger Chartier e do inglês Edward P. Thompson, este último representante da Nova Esquerda Inglesa. Segundo Peter Burke, tanto a Nova História Cultural quanto a nova História da década de 1970, se utilizam do termo nova para distinguirem-se das produções historiográficas das formas anteriores, muito embora a palavra “cultura” aqui ganhe nova dimensão dada à influência da antropologia nesta nova História Cultural. Além disso, historiadores culturais passam a utilizar-se em suas produções conceitos como descrição densa, dialogismo, polifonia, representações, práticas culturais, descontinuidades culturais, rupturas, entre outros.

A Nova Esquerda Inglesa surge em 1956 dada à divergência dentro do Partido Comunista Inglês. Intelectuais membros do Partido, descontentes com o Regime Stalinista rompem com o partido e passam a reescrever a História britânica a partir de uma revisão crítica do marxismo e contribuindo para os estudos da História Social.

Além disso, esses historiadores passam a utilizar novos métodos e a fazer uma releitura das fontes históricas já pesquisadas e divulgadas em outros trabalhos. Eles pautam seus estudos na experiência do historiador, na sua dimensão social e investigativa, possibilitando novos questionamentos sobre o passado, a partir dos quais têm surgido novos métodos de pesquisa histórica.

Essa concepção de História, enquanto experiência de homens e mulheres e sua relação dialética com a produção material valorizam a possibilidade de luta e transformação social. Justifica-se assim a concepção de História que se pretende, a qual não se vincula às teorias deterministas da estrutura e nem as teorias voluntaristas da consciência que reduzem a produção historiográfica à categoria de ficção.

A nova História Cultural e a Nova Esquerda Inglesa como fundamentação teórica nestas diretrizes são oportunas à necessária superação da História que vem se desenvolvendo desde o Colégio D. Pedro II.

A produção historiográfica brasileira contemporânea está relacionada com as referências teóricas e metodológicas presentes nas correntes apresentadas nas Diretrizes. Contudo, os historiadores brasileiros ligados aos estudos sobre a escravidão na América Portuguesa e Brasil Imperial utilizam princípios teóricos e metodológicos correspondentes aos da Nova Esquerda Inglesa.

Entretanto, é preciso atentar para os limites e possibilidades dessas correntes historiográficas; elas não são modelos explicativos. A historiografia brasileira também se relaciona às tradições de pensamento nacionais, tais como as advindas de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Gilberto Freyre (1900-1987), Caio Prado Júnior (1907-1990), Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e Celso Furtado (1920-2004), por exemplo. Existem, portanto, permanências e rupturas nas relações entre a nova historiografia brasileira e essas tradições historiográficas. Outro aspecto a ser levado em consideração é que a valorização dos múltiplos sujeitos introduz temporalidades distintas das produzidas pelos europeus; as fontes produzidas por esses sujeitos e suas respectivas perspectivas permitem o surgimento de explicações e interpretações histórias distintas das européias, embora sejam relacionadas com elas.

A proposta delineada nestas Diretrizes Curriculares estabelece articulações entre abordagens teórico-metodológicas distintas, resguardadas as diferenças e até a oposição entre elas, por entender que esse é um caminho possível para o ensino de História, porque possibilita aos alunos compreenderem as experiências e os sentidos que os sujeitos dão a elas.

A macro-história e a micro-história, por exemplo, são abordagens que podem ser combinadas. Uma História das experiências ligadas à micro-história tais como o sofrimento e a miséria de uma localidade, de uma família, de um indivíduo, mostra

pontos de vista e ações de um determinado passado que permitem uma reavaliação dialética das explicações macro-históricas.

O que fundamentam o ensino de História a partir dessa nova racionalidade histórica apresentada nestas Diretrizes Curriculares é o pesquisador alemão Jörn Rüsen (1938) que fornece algumas sólidas pontes teórico-metodológicas que relacionam esse novo modo do pensamento histórico e a aprendizagem da História. Segundo o historiador Jörn Rüsen (2001, p. 58), a consciência histórica é o conjunto “das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência” da mudança temporal “de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”.

Segundo Rüsen, a aprendizagem histórica é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica. Está articulada ao modo como a experiência do passado é vivenciada e interpretada de maneira a fornecer uma compreensão do presente e a construir projetos de futuro.

Para Rüsen as orientações e os métodos da pesquisa histórica são distintos das orientações e dos métodos de ensino de História.

No ensino, considera-se o aprendizado de conceitos históricos que explicam os processos de mudança da consciência histórica nos alunos.

Apresentaram-se, nestas Diretrizes Curriculares, as contribuições advindas das correntes da Nova História, Nova História Cultural e Nova Esquerda Inglesa, a partir da matriz disciplinar da História proposta por Rüsen. Espera-se que, por meio dessas orientações, a prática do professor contribua para a formação da consciência histórica nos alunos a partir de uma racionalidade histórica não-linear e multitemporal.

Para que esse objetivo ligado à aprendizagem histórica seja alcançado, sob a exploração de metodologias ligadas à epistemologia da História, é importante considerar, na abordagem dos conteúdos temáticos:

- múltiplos recortes temporais;
- diferentes conceitos de documento;
- múltiplos sujeitos e suas experiências, numa perspectiva de diversidade;
- formas de problematização em relação ao passado;
- condições de elaborar e compreender conceitos que permitam pensar historicamente;

- superação da idéia de História como verdade absoluta por meio da percepção dos tipos de consciência histórica expressas em narrativas históricas

### **1.3 - Conteúdos Estruturantes**

Como há muito a ser trabalhado em pouco tempo, faz-se necessária a seleção de conteúdos que nos pareçam essenciais serem trabalhados. Importância fundamental é sabermos a realidade de nossa comunidade escolar e a partir daí traçar a melhor maneira de trabalho. Para o Ensino Fundamental, a abordagem dos conteúdos estruturantes está apresentada nas Diretrizes Curriculares como dimensões: política, econômico-social e cultural em consonância com a concepção da fundamentação teórica.

#### Dimensão Política

É necessária para ressaltar a importância de sujeitos comuns na História e corrigir a “injustiça histórica” do ensino tradicional da História pautada nos grandes “heróis”, grandes guerras, etc.

#### Dimensão Econômico-Social

Essa dimensão propõe superar a abordagem economicista e reducionista que tem marcado o ensino de História. Através da busca de seu referencial teórico metodológico, e também o intercâmbio com a antropologia, e o uso de fontes orais que possibilitem o resgate do passado de sujeitos excluídos da história tradicional.

#### Dimensão Cultural

Ao longo dos tempos a humanidade criou conjuntos de significados para explicar o mundo a seu redor. As Ciências Sociais ampliaram o conceito de cultura nos séculos XIX e XX e contribuíram às novas leituras. Com isso cada comunidade pode ser notada como resultado da cultura de cada indivíduo. Cultura não é mais só a cultura das elites.

Prova disso foi a tentativa de aproximação da produção acadêmica da História com o ensino desta disciplina no Primeiro Grau, fundamentada na pedagogia histórico-crítica, por meio do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná (1990). Essa proposta tinha como pressupostos teóricos a

historiografia social, pautada no materialismo histórico dialético e alguns elementos da Nova História.

Com o fortalecimento do neoliberalismo nos anos 1990 o Ministério da Educação divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio. E o Estado do Paraná, de uma forma autoritária, apesar da autonomia das escolas ser garantida na LDBEN/96, implantou os PCNs.

A partir de 2003, a secretaria Estadual do Paraná -SEED - trabalha na elaboração das diretrizes curriculares para o ensino de História buscando superar os problemas diagnosticados na organização curricular da disciplina e ainda atender às demandas dos movimentos sociais organizados, como a aprovação da Lei 13381/01 que torna obrigatória no Ensino Fundamental e médio da rede pública de ensino os conteúdos de História do Paraná, além da lei 10639/036 que obriga inserção dos estudos da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E a Lei 11.645/08, que inclui no currículo a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura dos povos indígenas do Brasil.

## 5ª SÉRIE

DAS ORIGENS DO HOMEM AO SÉCULO XVI – DIFERENTES TRAJETÓRIAS, DIFERENTES CULTURAS.

| C<br>O<br>M<br>T<br>E<br>Ú<br>D<br>O<br><br>E<br>S<br>T<br>R<br>U<br>T<br>U<br>R<br>A<br>N<br>T<br>E | DIMENSÕES<br>POLÍTICA<br>ECONOMI<br>CO, SOCIAL<br>E CULTURAL | CONTEÚDOS ESPECÍFICOS  | CONTEÚDOS<br>COMPLEMENTARES  |
|--|--|--|--|
|  |  | <p>Produção do conhecimento histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ O historiador e a produção do conhecimento histórico;</li> <li>☐ Tempo, temporalidade;</li> <li>☐ Fontes, documentos;</li> <li>☐ Patrimônio material e imaterial;</li> <li>☐ Pesquisa;</li> </ul> <p>Articulação da História com outras áreas do conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Arqueologia, antropologia, paleontologia, geografia, geologia, sociologia, etnologia e outras.</li> </ul> <p>*Observação: o estudo da produção do conhecimento histórico e a articulação da História com outras áreas do conhecimento se fazem necessário em todas as séries do ensino fundamental, não necessariamente no início do ano letivo como está posto para a 5ª série.</p> | <p>A Humanidade e a História</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ De onde viemos quem somos, como sabemos?</li> </ul>  |
|  |  | <p>Arqueologia no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Lagoa Santa: Luzia (MG);</li> <li>☐ Serra da Capivara (PI)</li> <li>☐ Sambaquis (PR)</li> </ul>  | <p>Surgimento, desenvolvimento da humanidade e grandes migrações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Teorias do surgimento do homem na América;</li> <li>☐ Mitos e lendas da origem do homem;</li> <li>☐ Desconstrução do conceito de Pré-história;</li> <li>☐ Povos ágrafos, memória e história oral.</li> </ul> |

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
|  |  | <p>Povos indígenas no Brasil e no Paraná</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Ameríndios do território brasileiro;</li> <li>☐ Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng.</li> <li>☐ Lei 10,639 e Lei 11,645 :cultura africana e indígena e suas contribuições para a cultura brasileira;</li> </ul> | <p>As primeiras civilizações na América</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Olmecas, Mochicas, Tiwanacus, Maias, Incas e Astecas;</li> <li>☐ Ameríndios da América do norte.</li> </ul> <p>As primeiras civilizações na África. Europa e Ásia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Egito, Núbia, Gana e Mali*</li> <li>☐ Hebreus, gregos e romanos* (reflexões sobre questões referentes a gênero e diversidade sexual)</li> </ul> <p>*Observação: não se trata aqui, de “esgotar” a história destas civilizações, mas sim, levantar alguns aspectos como religiosidade, organização social...</p> |
|  |  | <p>A chegada dos europeus na América</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ (des) encontros entre culturas;</li> <li>☐ Resistência e dominação;</li> <li>☐ Escravização;</li> <li>☐ Catequização;</li> </ul>  | <p>Península Ibérica nos séculos XIV E XV: cultura, sociedade e política</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Reconquista do território;</li> <li>☐ Religiões: judaísmo, cristianismo e islamismo;</li> <li>☐ Comércio (África, Ásia, América e Europa).</li> </ul>   |

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | <p>Formação da sociedade brasileira e americana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ América portuguesa;</li> <li>☐ América espanhola;</li> <li>☐ América franco-inglesa;</li> <li>☐ Organização político-administrativa (capitanias hereditárias, sesmarias);</li> <li>☐ Manifestações culturais (sagrada e profana);</li> <li>☐ Organização social (família patriarcal e escravidão);</li> <li>☐ Escravização de indígenas e africanos;</li> <li>☐ Economia (pau-brasil, cana-de-açúcar e minérios).</li> </ul> | <p>Os reinos e sociedades africanas e os contatos com a Europa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Songai, Benin, Ifé, Congo, Monomotapa (Zimbábue) e outros;</li> <li>☐ Lei 10,639: cultura africana e suas contribuições para a cultura brasileira;</li> <li>☐ Comércio;</li> <li>☐ Organização político-administrativas;</li> <li>☐ Manifestações culturais;</li> <li>☐ Organização social;</li> <li>☐ Uso de tecnologias: engenho de açúcar, a batea, construção civil...</li> <li>☐ Educação Ambiental: Lei 9,795/99 e a interação homem/meio-ambiente;</li> </ul> <p>Diáspora Africana</p> |
|--|---|---|

## 6ª SÉRIE

### DAS CONTESTAÇÕES A ORDEM COLONIAL AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – SÉCULO XVII AO XIX

|        |   | CONTEÚDOS ESPECÍFICOS  | CONTEÚDOS COMPLEMENTARES   |
|--------|---|--|--|
| CONTÚD | DIMENSÕES POLÍTICA ECONOMICO -SOCIAL E CULTURAL | <p>Expansão e consolidação do território</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Missões;</li> <li>☐ Bandeiras;</li> <li>☐ Invasões estrangeiras;</li> </ul>  | <p>Consolidação dos estados nacionais europeus e Reforma Pombalina</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Reforma e contra-reforma;</li> </ul> |
|        |   | <p>Colonização do território “paranaense”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Economia;</li> <li>☐ Organização social;</li> <li>☐ Manifestações culturais;</li> <li>☐ Organização político-administrativa.</li> </ul> |  |

|  |   |  |
|--|---|--|
| E<br>S<br>T<br>R<br>U<br>T<br>U<br>R<br>A<br>N<br>T<br>E | <p>Movimentos de contestação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Quilombos (BR e PR);</li> <li>☐ Irmandades: manifestações religiosas sincretismo;</li> <li>☐ Revoltas Nativistas e Nacionalistas;</li> <li>☐ Inconfidência mineira;</li> <li>☐ Conjuração baiana;</li> <li>☐ Revolta da cachaça;</li> <li>☐ Revolta do maneta;</li> <li>☐ Guerra dos mascates.</li> </ul>   | <p>Independência das treze colônias inglesas da América do Norte</p> <p>Diáspora africana</p> <p>Revolução Francesa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Comuna de Paris.</li> <li>☐ Cidadania e direitos humanos</li> </ul> |
|  | <p>Chegada da família real no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ De colônia a Reino Unido;</li> <li>☐ Missões artístico-científicas;</li> <li>☐ Biblioteca Nacional;</li> <li>☐ Banco do Brasil</li> <li>☐ Urbanização na Capital;</li> <li>☐ Imprensa régia.</li> </ul>   | <p>Invasão napoleônica na Península Ibérica</p>  |
|  | <p>O processo de Independência do Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Governo de D. Pedro I;</li> <li>☐ Constituição outorgada de 1824;</li> <li>☐ Unidade territorial;</li> <li>☐ Manutenção da estrutura social;</li> <li>☐ Confederação do Equador;</li> <li>☐ Província Cisplatina;</li> <li>☐ Haitianismo;</li> <li>☐ Revoltas regenciais: Malês, Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Farroupilha.</li> </ul> | <p>O processo de independência das Américas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Haiti;</li> <li>☐ Colônias espanholas.</li> </ul>   |

7ª SÉRIE

PENSANDO A NACIONALIDADE: DO SÉCULO XIX AO XX – A CONSTITUIÇÃO DO IDEÁRIO DE NAÇÃO NO BRASIL

| CONTÉÚDO ESTRUTURANTE |  | CONTEÚDOS ESPECÍFICOS   | CONTEÚDOS COMPLEMENTARES  |  |
|-----------------------|--|---|---|--|
|                       | DIMENSÕES POLÍTICA ECONOMICO-SOCIAL E CULTURAL |   | <p>A construção da Nação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Governo de D. Pedro II;</li> <li>☐ Criação do IHGB;</li> <li>☐ Lei de Terras, Lei Euzébio de Queiroz – 1850;</li> <li>☐ Divisão social e territorial;</li> <li>☐ Início da imigração europeia;</li> <li>☐ Definição do território;</li> <li>☐ Movimento Abolicionista e emancipacionista.</li> </ul>                | <p>Revolução Industrial e relações de trabalho (XIX e XX)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ O cercamento das terras;</li> <li>☐ Ludismo;</li> <li>☐ Socialismos;</li> <li>☐ Anarquismo;</li> </ul> <p>Relacionar: Taylorismo, Fordismo, Toyotismo.<br/>Reflexões: o homem do campo;</p> |
|                       |  |   | <p>Emancipação política do Paraná (1853)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Economia;</li> <li>☐ Organização social;</li> <li>☐ Manifestações culturais;</li> <li>☐ Organização político-administrativa;</li> <li>☐ Migrações: internas (escravizados, libertos e homens livres pobres) e externas (europeus);</li> <li>☐ Os povos indígenas e a política de terras.</li> </ul> |  |
|                       |  |   | A Guerra do Paraguai e/ou a Guerra da Tríplice Aliança  |  |
|                       |  | <p>O processo de abolição da escravidão</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Legislação;</li> <li>☐ Resistência e negociação;</li> <li>☐ Abolição;</li> <li>☐ Imigração – senador Vergueiro;</li> <li>☐ Branqueamento e miscigenação (Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero, no Brasil, Sarmiento na Argentina).</li> </ul> | <p>Colonização da África e da Ásia</p> <p>A Guerra do Ópio: prevenção ao uso indevido de drogas</p> <p>Guerra Civil e Imperialismo estadunidense;</p> <p>Valorização do afro-brasileiro</p> <p>Carnaval na América Latina: entrudo, murga e candomblé;</p>  |  |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  | <p>Os primeiros anos na República</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Idéias positivas;</li> <li>☐ Imigração asiática;</li> <li>☐ Oligarquia, coronelismo e clientelismo;</li> <li>☐ Movimentos de contestação: campo e cidade;</li> <li>☐ Movimentos messiânicos;</li> <li>☐ Revolta da vacina e urbanização do Rio de Janeiro;</li> <li>☐ Movimento operário: anarquismo e comunismo;</li> <li>☐ Guerra do contestado;</li> <li>☐ Greve de 1917 – Curitiba;</li> <li>☐ Paranismo: movimento regionalista – Romário Martins, Zaco Paraná, Langue de Morretes, João Tutim.</li> </ul> | <p>Questão Agrária na América Latina</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Revolução Mexicana</li> <li>☐ Questão da reforma agrária no Brasil;</li> </ul> <p>Primeira Guerra Mundial</p> <p>Revolução Russa</p> <p>Comemoração dos 100 anos de acontecimento da Guerra do Contestado.</p> |
|--|--|--|

**8ª SÉRIE**

**REPENSANDO A NACIONALIDADE BRASILEIRA: DO SÉCULO XX AO SÉCULO XXI – ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DA CONTEMPORANEIDADE**

|  |  |  |   |
|--|--|--|---|
| <b>C<br/>O<br/>M<br/>T<br/>E<br/>Ú<br/>D<br/>O<br/>S<br/>O<br/>C<br/>I<br/>A<br/>L<br/>E<br/>C<br/>U<br/>L<br/>T<br/>U<br/>R<br/>A<br/>L</b> | <b>DIMENSÕES<br/>POLÍTICA<br/>ECONOMICO-<br/>SOCIAL E<br/>CULTURAL</b> | <b>CONTEÚDOS<br/>ESPECÍFICOS</b>   | <b>CONTEÚDOS<br/>COMPLEMENTARES</b>   |
|  |  | A Semana de 22 e o repensar da nacionalidade<br>□ Economia;<br>□ Organização social;<br>□ Organização político-administrativa;<br>□ Manifestações culturais;<br>□ Coluna Prestes.  | Crise de 29   |
|  |  | A “Revolução” de 30 e o período Vargas (1930 a 1945)<br>□ Leis trabalhistas;<br>□ Voto feminino;<br>□ Ordem e disciplina no trabalho;<br>□ Mídia e divulgação do regime;<br>□ Criação do SPHAN, IBGE;<br>□ Futebol e carnaval;<br>□ Contestações a ordem;<br>□ Integralismo;<br>□ Participação do Brasil na II Guerra Mundial. | Ascensão dos regimes totalitários na Europa<br><br>Movimentos populares na América Latina<br><br>Segunda Guerra Mundial |
|  |  | Populismo no Brasil e na América Latina<br>□ Cárdenas – México;<br>□ Perón – Argentina;<br>□ Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart – Brasil.  | Independência das colônias afro-asiáticas<br><br>Guerra Fria  |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  | <p>Construção do Paraná atual</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Governos: Manoel Ribas, Moyses Lupion, Bento Munhoz da Rocha Netto e Ney Braga;</li> <li>□ Frentes de colonização do Estado, criação da estrutura administrativa; <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Copel, Banestado, Sanepar, Codepar...</li> </ul> </li> <li>□ Movimentos Culturais;</li> <li>□ Movimentos sociais no campo e na cidade; <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Ex.: Revolta dos colonos década de 50 – Sudoeste;</li> </ul> </li> <li>□ Os xetá.</li> </ul> | <p>Guerra Fria</p>  |
|  | <p>O Regime Militar no Paraná e no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Repressão e censura uso ideológico dos meios de comunicação;</li> <li>□ O uso ideológico do futebol na década de 70; <ul style="list-style-type: none"> <li>□ O tricampeonato mundial</li> <li>□ A criação da liga nacional (campeonato brasileiro)</li> </ul> </li> <li>□ Cinema novo;</li> <li>□ Teatro;</li> <li>□ Itaipu, Sete Quedas e a questão da terra.</li> </ul>  | <p>Guerra fria e os Regimes Militares na América Latina</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Política de boa vizinhança;</li> <li>□ Revolução cubana;</li> <li>□ 11 de setembro no Chile e a deposição de Salvador Allende;</li> <li>□ Censura aos meios de comunicação;</li> <li>□ O uso ideológico do futebol na década de 70;</li> <li>□ A copa as Argentina – 1978;</li> <li>□ Enfrentamento a violência na escola e na sociedade;</li> </ul> |
|  | <p>Movimentos de contestação no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Resistência armada;</li> <li>□ Tropicalismo;</li> <li>□ Jovem Guarda;</li> <li>□ Novo sindicalismo;</li> <li>□ Movimento Estudantil.</li> </ul>  | <p>Movimentos de contestação no mundo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Maio de 68 – França;</li> <li>□ Movimento Negro;</li> <li>□ Movimento Hippie;</li> <li>□ Movimento Homossexual;</li> <li>□ Movimento feminista;</li> <li>□ Gênero e diversidade sexual na sociedade contemporânea;</li> <li>□ Movimento Punk;</li> <li>□ Movimento Ambiental;</li> </ul>   |
|  | <p>Paraná no contexto atual</p>  |   |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
|  |  | <p>Redemocratização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Constituição de 1988;</li> <li>☐ Movimentos rurais e urbanos: MST (Movimento dos sem Terra), MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) CUT (Central Única de Trabalhadores), Marcha Zumbi dos Palmares, etc.</li> <li>☐ Mercosul;</li> <li>☐ Alça.</li> </ul> | <p>Fim da bipolarização mundial</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ Desintegração do bloco socialista;</li> <li>☐ Neoliberalismo;</li> <li>☐ Globalização;</li> <li>☐ 11 de novembro nos EUA.</li> </ul> <p>África e América Latina no contexto atual</p> <p>Questões da atualidade – A Educação Fiscal e a Cidadania</p> |
|  |  | <p>O Brasil no contexto atual</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☐ A comemoração dos “500 anos do Brasil”: Análise e reflexão.</li> </ul>   |  |

## CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA O ENSINO MÉDIO

“A proposta curricular reconhece a importância do conhecimento sistematizado, fundamentado na idéia de conteúdos estruturantes das disciplinas escolares. Para a disciplina de História do Ensino Médio, os conteúdos estruturantes são as relações de trabalho, relações de poder e as relações culturais, os quais dão seqüência aos conteúdos estruturantes trabalhados no Ensino Fundamental.

No Ensino Médio, esses conteúdos assumem um recorte mais específico, apontando para o estado das relações humanas.

“Os conteúdos estruturantes da disciplina de História estão interligados entre si e permitem a busca do entendimento da totalidade das ações humanas.”

### RELAÇÕES DE TRABALHO:

“Expressa a relação que o ser humano estabelece entre si e a natureza”. A execução do trabalho requer o emprego físico e mental. Estes esforços transformam elementos natureza em bens que satisfazem as necessidades humanas.

A investigação sobre as relações de trabalho, a partir de problemáticas do presente tais como: impactos ambientais, movimentos sociais e culturais, desemprego, desigualdade social, fome, violência e articulações aos demais conteúdos estruturantes, permitem aos alunos e professores entender como as relações de trabalho forma construídas no decorrer do processo histórico’.

## RELAÇÕES DE PODER

“O poder não possui forma de coisa ou de objeto, mas se manifesta como relações sociais e ideológicas, estabelecidas entre aquele que exerce e aquele se submete. Portanto, o que existe são relações de poder”.

O estudo das relações de poder geralmente remete à idéia de poder político. Porém as relações de poder não se limitam somente à dimensão política. Essas relações encontram-se também na dimensão econômico-social e na dimensão cultural, ou seja, em todo o corpo social.

O entendimento que as relações de poder são exercidas nas diversas instâncias sócio-históricas, como o mundo do trabalho, as políticas públicas e as diversas instituições permitem ao aluno perceber que estas relações fazem parte de seu cotidiano. Assim ele poderá identificar onde se localizam as arenas decisórias, porque determinada decisão foi tomada e de que forma ela foi executada ou implantada, para que ele entenda como, quando e onde reagir nas medidas do processo em definição.

## RELAÇÕES CULTURAIS

“O conceito de cultura“ aqui proposto, parte de Raymond Williams (2003), o qual afirmava que esta é comum a todos os seres humanos, na medida em que existe uma estrutura comum de modos de pensar, agir e perceber o mundo que leva à constituição de organizações sociais diferentes.

Assim, na forma de organizar a vida político-econômica, as sociedades contemporâneas não são tão diferentes, pois são poucas as sociedades que destoam de padrão cultural imposto pelo capitalismo contemporâneo. Em outras palavras, as classes dominadas, existem numa relação de poder com as classes dominantes, de tal modo que ambas partilham um processo social comum, portanto de uma experiência histórica comum, produto dessa história coletiva. No entanto, os benefícios produzidos por esta sociedade e seu controle se repartem desigualmente.

O estudo das relações culturais deve considerar a especificidade de cada sociedade e relações entre elas. O processo histórico constituído na relação entre as diversas sociedades é o que pode ser chamado de cultura comum.

## OBJETIVO

O principal objetivo do estudo de História é contribuir na formação do sujeito histórico, uma vez que permite a análise, a crítica e o debate em torno dos diversos aspectos da sociedade humana, podendo estabelecer relações com a realidade atual e tirar conclusões a partir dela para buscar a solução de problemas de sua realidade.

Promover práticas pedagógicas que conduzam ao desenvolvimento do espírito crítico do aluno.

Favorecer a produção do conhecimento histórico pela utilização de metodologias diferenciadas.

Refletir historicamente os conteúdos apresentados pela ação dos homens, do cotidiano, sua mentalidade e as relações do presente e passado.

## AVALIAÇÃO:

A avaliação deve estar colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas, e não como um elemento externo ao processo.

O professor não deve avaliar o aluno como uma prática de caráter classificatório, autoritário, que se desvincula da função da aprendizagem, que não se ocupam dos conteúdos conforme a concepção pedagógica expressa no projeto político pedagógico da escola. “A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem” (Luckesi), 2002, p.81).

Como parte do processo avaliativo o professor poderá fazer uso dos mais variados instrumentos de avaliação entre eles provas escritas, trabalhos, pesquisas bibliográficas ou demais formas de pesquisas, debates, seminários trabalhos orais com apresentação na classe e, produção de narrativas históricas com ou sem o auxílio do professor.

Assim, a partir da avaliação diagnóstica, tanto o professor quanto os alunos poderão revisar as práticas desenvolvidas e juntos verificar as lacunas no processo de ensino e aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem superar os obstáculos encontrados. Para o pleno êxito dessa avaliação é necessário um diálogo entre os alunos e o professor, envolvendo questões relativas

aos critérios adotados, a função de avaliação e a necessidade de tomada de decisões a partir do que foi constatado, tanto individualmente ou coletivamente, dando um caráter de avaliação compartilhada, contínua, processual e diversificado, permitindo uma análise crítica das práticas do professor, que podem constantemente serem retomadas e reorganizadas.

Caso se perceba que não houve um satisfatório aproveitamento dos conteúdos a recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo(DCE História 2009).

Deseja-se que, ao final do trabalho na disciplina de História, os alunos tenham condições de identificar processos históricos, reconhecer criticamente as relações de poder neles existentes, bem como intervirem no mundo histórico em que vivem, de modo a se fazerem sujeitos da própria História. Neste sentido as DCEs de História propõe que ao final do Ensino Fundamental os alunos sejam capazes de principalmente de:

Terem experiências no estabelecimento de limites históricos, como antes de Cristo e depois de Cristo, geração, década e século. Serem capazes de estabelecer sequência de datas e períodos, determinar sequência de objetos e imagens e relacionar acontecimentos com uma cronologia. Serem capazes de compreender tipos de testemunho que o historiador utiliza. Distinguirem fontes primárias de secundárias.

Serem conscientes da necessidade de serem críticos na análise de documento. Terem consciência de como os historiadores empregam os testemunhos para chegarem a uma explicação do passado. Analizarem as diferentes conjunturas históricas a partir das relações de trabalho, de poder e culturais. Compreenderem o significado de determinadas palavras num contexto histórico. Apropriarem-se de conteúdos e conceitos históricos. Empregar conceitos históricos para analisarem diferentes contextos.

Compreenderem que o conhecimento histórico é produzido com base no método da problematização de distintas fontes documentais e textos historiográficos

a partir dos quais o pesquisador produz a narrativa histórica. Compreenderem que a produção do conhecimento histórico pode validar, refutar ou complementar a produção historiográfica já existente. Estabelecerem “comparações” simples entre passado e presente, com diferenças referências a uma diversidade de períodos, culturas e contextos sócio-históricos. Entendem que a História é tanto um estudo da continuidade como da mudança e da simultaneidade. Compreenderem que um acontecimento histórico pode responder a uma multiplicidade de causas.

Serem capazes de se identificar como sujeitos que viveram no passado e cujas opiniões, atitudes, culturas e perspectivas temporais são diferentes das suas. Explicitarem o respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, social e econômica, a partir do conhecimento dos processos históricos. Compreenderem a História como experiência social de sujeitos que constroem e participam do processo histórico. (Adaptado de SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 149-150 apud PLUCKAROSE, 1996).

## DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

O ensino de História visa desenvolver o senso crítico, rompendo com a valorização do saber enciclopédico, socializando a produção da ciência histórica, passando da reprodução do conhecimento à compreensão das formas como esse se reproduz, formando um homem político, capaz de compreender a estrutura do mundo, da produção, onde ele se insere e nela interfere.

O aluno que será motivado a desenvolver e a expressar seu pensamento, será colocado em situações que o conduzirão ao levantamento das hipóteses, à coleta de dados e à reflexão do seu conhecimento prévio. Segundo Rüsen, a consciência histórica se caracteriza pela percepção das experiências do passado dos seres humanos, investigado por historiadores ou por professores de história e seus alunos, e realiza-se por interpretações feitas no presente à luz de uma expectativa de futuro. Nesse sentido, as noções de tempo e espaço devem compor os procedimentos metodológicos, pois articulados aos Conteúdos Estruturantes, possibilitam a delimitação e a contextualização das relações humanas a serem problematizadas.

Essa reflexão partirá da produção individual para a coletiva, na qual serão valorizados o debate, a discussão e a troca de idéias e informações. Desse aprendizado será realizada a síntese que pode ser apresentada por meio de várias linguagens: produção de textos, desenhos, interpretações de texto, dramatizações, história em quadrinhos, charges, vídeos, estudos de gravuras e fotografias.

## CONTEÚDOS - 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

|  | Conteúdos Específicos   | Conteúdos Complementares  |
|--|---|---|
|  | <p>1º bimestre:<br/>                     Concepção de História;<br/>                     Objetivo, História como ciência,<br/>                     fontes históricas, fatos, Sistema<br/>                     feudal: O Feudalismo;<br/>                     As Cruzadas: A Guerra em<br/>                     nome da fé</p>   | <p>De onde viemos? Quem somos? E o<br/>                     que sabemos?<br/>                     Mitos e lendas.<br/>                     Transição Pré-História para História<br/>                     dos povos ágrafos.<br/>                     História oral.<br/>                     Religiões monoteístas, judaísmo,<br/>                     islamismo e cristianismo.</p>                                  |
|  | <p>2º bimestre:<br/>                     Poder da igreja medieval;<br/>                     Comércio na Idade Média: o<br/>                     surgimento da burguesia - rotas<br/>                     de comércio Transformações<br/>                     culturais e religiosas<br/>                     desenvolvimento de novas<br/>                     técnicas de comércio</p>   | <p>Trabalho, a guerra e a oração.<br/>                     O surgimento do homem na África;<br/>                     Civilizações e Reinos africanos da<br/>                     antiguidade;<br/>                     Gregos e romanos e a aceitação da<br/>                     diversidade sexual;<br/>                     A igreja e as questões referentes á<br/>                     gênero e diversidade;</p> |
|  | <p>3º bimestre:<br/>                     Guerra dos cem<br/>                     anos; absolutismo monárquico<br/>                     Revolução comercial;<br/>                     nascimento do capitalismo;<br/>                     Tratado de Tordesilhas,<br/>                     conseqüências das conquistas.<br/>                     Renascimento cultural, Reforma<br/>                     Religiosa, Contra-reforma,<br/>                     Tribunais da Inquisição,<br/>                     Iluminismo Despotismo<br/>                     Esclarecido</p> | <p>A ruralização das civilizações: o<br/>                     homem do campo;<br/>                     O Brasil indígena;<br/>                     A Revolução Verde;<br/>                     Direitos do Homem e do cidadão;<br/>                     Reforma Agrária.</p>  |
|  | <p>4º bimestre: Brasil<br/>                     Administração colonial, Os<br/>                     índios do Brasil, inicio da<br/>                     colonização, Capitânicas<br/>                     Hereditárias, economia colonial,<br/>                     escravismo, holandeses no<br/>                     Brasil, bandeirantes, reduções<br/>                     jesuíticas, os primeiros<br/>                     habitantes do Paraná e as fazes<br/>                     econômicas.<br/>                     ;</p>   |   |

CONTEÚDOS - 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

|  | Conteúdos Específicos  | Conteúdos Complementares  |
|--|--|---|
|  | <p>1º bimestre<br/>Revolução Industrial, Teoria capitalistas, socialistas, Revolução Norte Americana, ,.</p>   | <p>Ameríndios;<br/>Mitos e Ritos;<br/>Organização social;<br/>Encontro entre culturas</p> |
|  | <p>2º bimestre<br/>Revolução Francesa; Império Napoleônico, Guerra da Secessão, Estado Liberal, Revolução de 1830,</p>   | <p>Comércio;<br/>Kaigang, guarani, xetá, xokling;<br/>Bandeirantes;<br/>Trapeirismo.</p>  |
|  | <p>3º bimestre<br/>Unificação da Itália, Unificação da Alemanha, Imperialismo, Comuna de Paris, Paz Armada<br/>Expansão territorial do Brasil:<br/>Expansão rumo ao norte, rumo ao sul</p>                             |   |
|  | <p>4º bimestre<br/>Economia colonial, rebeliões: indígenas, dos negros, pela emancipação política. Família real no Brasil, 1º Reinado, Regências, 2º Reinado, Abolição da escravatura, A Proclamação da Republica.</p> |   |

CONTEÚDOS - 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

|  | Conteúdos Específicos   | Conteúdos Complementares  |
|--|---|---|
|  | <p>1º bimestre<br/>1ª Guerra Mundial, efeitos da guerra, Revolução Russa, causas da revolução, socialistas no poder, Nova política econômica, Stalinismo.</p>   | <p>Movimentos populares;<br/>Canudos<br/>Revolução federalista<br/>Revolta da vacina</p>  |
|  | <p>2º bimestre<br/>Período entre - guerras: crise do capitalismo liberal, Crak de 1929, New Deal , faxismo, nazismo, 2ª Guerra Mundial, entrada dos E.U.A e da Rússia.</p>  | <p>Revolta da chibata<br/>Contestado 100 anos;</p>  |
|  | <p>3º bimestre<br/>ONU, OTAN, e o PACTO DE VASSÓVIA; Acordos de Paz, Descolonização e Guerra Fria,</p>  | <p>Leis Trabalhistas, Voto feminino, Ordem e Disciplina;</p>  |
|  | <p>4º bimestre:<br/>Pós-Guerra;<br/>Populismo no Brasil;<br/>Constituição do Paraná Moderno: Frentes de colonização do Estado, movimentos culturais, movimentos sociais no campo e na cidade;<br/>Ditadura Militar: O regime militar no Paraná e no Brasil;</p> | <p>Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial;<br/><br/>Repressão;<br/>Resistência Armada<br/>Tropicalismo;<br/>Jovem Guarda<br/>Enfrentamento á violência</p> |
|  |   | <p>Neoliberalismo; Globalização;<br/>Movimentos populares rurais e urbanos: MST, MNLM, CUT, MERCOSUL, ALCA.</p>   |

## REFERÊNCIAS

- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Diretrizes Curriculares da Educação Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná: História, 2009.
- Lei 9795/99 Política Nacional de Educação Ambiental
- Lei 10.639/03 História e cultura afro-brasileira e africana
- Lei 11.525/07 Inclui o ECA nos estudos do E. F. e Médio.
- Lei 11.645/08 História e cultura dos povos indígenas
- Livro Didático. Projeto Araribá. Obra coletiva da Editora Moderna
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 14 ed. São Paulo:Cortez, 2002.
- Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Pedro Stelmachuk
- Proposta Pedagógica Curricular.
- Regimento Escolar do Colégio Estadual Pedro Stelmachuk
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo:
- Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério).
- [www.revistanovaescola.com.br](http://www.revistanovaescola.com.br)